

# ROTEIROS DE MEMÓRIA

## O papel dos guias de turismo na preservação da memória afrodescendente na Zona portuária carioca



Memory itineraries: The role of tourist guides in the preservation of Afro-descendant memory in the Rio's Port Zone

Fillipe Alexandre Oliveira Alves  
Universidade Federal Fluminense  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Núcleo Afro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) | Rio de Janeiro,  
Brasil  
fillipe\_alves@id.uff.br | ORCID iD: 0000-0001-8457-1414

**Resumo**

Esta pesquisa antropológica aborda as dinâmicas de construção e disputas de memórias no espaço urbano por meio de narrativas e passeios ofertados por guias de turismo do Instituto Pretos Novos e seu papel na construção da memória da diáspora africana na região da Zona Portuária na cidade do Rio de Janeiro no tempo presente. O trabalho de campo realizado nos anos de 2018 a 2020 se direciona ao "Circuito de Herança Africana" e às narrativas e práticas desses guias de turismo sobre a "Pequena África" carioca. Ancorados na redescoberta e patrimonialização do Cais do Valongo esses guias mobilizam presente e passado à fim de remodelar fronteiras e quadros de memórias na constante produção da Pequena África enquanto lugar de resistência e reparação.

**Palavras-chave**

memória; visitas guiadas; zona portuária; Pequena África; patrimônio.

**Abstract**

This anthropological research aims to understand the dynamics of construction and disputes of memories in the urban space through narratives and tours offered by tourist guides from the Instituto Pretos Novos and their role in the construction for an African diaspora memory in the area known as Port Zone in the city of Rio de Janeiro in the present time. The fieldwork during the years 2018 to 2020 is directed towards the "African Heritage Circuit" and the narratives and practices of these tourist guides about the carioca "Little Africa". Anchored in the rediscovery and patrimonialization of the Cais do Valongo, these guides mobilize the present and the past in order to reshape borders and frames of memories in the constant production of the Little Africa as a place of resistance and reparation.

**Keywords**

memory; walking tours; port zone; Little Africa; heritage.

**A** região, que segundo Roberto Moura em sua obra *Tia Ciata e a Pequena África* (1995), ganhou essa alcunha pelo sambista Heitor dos Prazeres, compreende hoje os bairros Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Porém, a depender das narrativas e períodos, ela se estende até a antiga Praça 11. Os contornos e a dimensão da Pequena África são erigidos situacionalmente. Aqui, assumo as fronteiras postas para a Pequena África pelo roteiro de raízes africanas instaurado pela Prefeitura do Rio no contexto das obras do projeto Porto Maravilha, através do Decreto Municipal nº 34.803 de 29 de novembro de 2011. A partir dessa demarcação, as variações nos limites geográficos da região são postas pelos guias de turismo que acompanhei nos passeios dentro da proposta do turismo cultural pela Pequena África no Rio de Janeiro.

Uma variedade de roteiros é ofertada na região por diferentes associações e empresas com o intuito de rememorar e enaltecer a herança africana da Zona Portuária. Apesar da diversidade de ofertas, escolhi acompanhar os passeios do Instituto Pretos Novos (IPN), principalmente pela regularidade dos roteiros. O IPN, no período em que acompanhei as visitas, realizava os passeios às terças-feiras de manhã e de tarde. A visita tem duração de uma hora e trinta minutos, e recebia até então cerca de 80 pessoas por dia. Estavam entre os locais visitados pelo Instituto Pretos novos: Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio. Os guias que conduzem o circuito são voluntários com formação diversificada.

Foi na região aqui tratada como Pequena África onde as lutas, encontros e desencontros entre muitos negros em diáspora serviram de motor para criação do samba carioca, dos ranchos carnavalescos e dos primeiros terreiros de candomblé da cidade, o que marcou a região como um espaço identitário da cultura negra carioca (NASCIMENTO, 2018). O direito à memória e à verdade que os guias de turismo reivindicam em cada passeio que realizam é peça fundamental para a construção da identidade étnico-racial, não apenas visando recuperar esse passado histórico, mas também como forma de compreender a realidade contemporânea e a construção de políticas e ferramentas de combate ao racismo.

Entende-se que a memória pode ser definida como um processo seletivo de retenção e utilização contínua de ideias, impressões, imagens, conhecimentos e experiências adquiridos e

vividos anteriormente (DANTAS, 2010:52). A recuperação do direito à memória e a verdade tem sido trabalhado e pensado principalmente com relação aos traumas da Ditadura, mas podemos e devemos fazer essa relação com a história dos negros e seus descendentes em nosso país. Dantas (2010:264) esclarece que pensar em um direito que tem o passado por objetivo significa valorizar o acervo cultural das diferentes épocas, dos diferentes grupos que contribuíram para a formação das identidades na sociedade brasileira. Fornecer o direito à memória ao grupo étnico-racial dos negros não é somente recuperar um passado histórico, mas também uma forma de compreender a realidade contemporânea.

O objetivo deste estudo é compreender o papel dos guias que trabalham com a promoção do circuito de herança africana, na construção de um novo olhar sobre a cidade e, conseqüentemente, na preservação da memória afrodescendente carioca por intermédio das práticas do turismo cultural afrocentrado, tendo o processo de patrimonialização do Cais do Valongo como um facilitador para essas ações. Sustento que esses guias contribuem com a construção da identidade local, a valorização cultural e da memória da diáspora africana existente na região da Zona Portuária na cidade do Rio de Janeiro ao narrar e recontar a cidade a partir do legado afrodescendente. Entendendo aqui o *Circuito de raízes Africanas* como uma prática de política de memória e o turismo cultural afrocentrado como meio de valorização da identidade e memória negra.

\* \* \*

Apesar de algumas vezes entendermos a memória como um fenômeno particular, segundo Halbwachs (1990) ela deve ser compreendida também como um fenômeno coletivo e social. E os elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva, são inicialmente aqueles episódios ocorridos pessoalmente e aqueles vividos pelo grupo no qual a pessoa se relaciona (POLLAK, 1992). Segundo Pollak (1992), a memória pode ser classificada como seletiva, pois nem tudo de fato fica registrado. Ela acaba por sofrer algumas alterações que ocorrem como consequência do momento em que ela está sendo articulada. Com isso, pode-se dizer que a memória é construída, podendo ser essa construção consciente ou não.

A memória pode ser considerada como um elemento pertencente ao sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, “na medida em que ela é também um fator

extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992:200). Já o patrimônio, se compreendido como algo que recebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos às gerações futuras, de acordo com Pelegrini (2007:3), é também historicamente construído e, conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos, sentimento esse que acaba por assegurar uma identidade cultural. Entendo, portanto, o patrimônio como algo constituído em um processo de disputa, por memória e poder, e pela afirmação de si diante de um “outro”.

Desta forma, o fato de o Cais do Valongo receber o título de patrimônio afirma a importância que tem para a História do Brasil a presença africana, não só quando falamos dos “braços” que construíram o país, mas também em relação as formas de expressão cultural, religiosa e intelectual da população brasileira. Entretanto, mesmo a materialidade dos patrimônios não significaria muito se não fossem as pessoas que atribuem significado a ela. Por isso, compreendo como essencial para o Valongo as pessoas que lá viveram e as que vivem hoje, ressignificando diariamente o passado naquela região. Os guias que atuam na região agem atualizando e recontando essas memórias e histórias e, ao fazer isso, se colocam na arena de disputas de narrativas reivindicando o não silenciamento da herança africana da região, garantindo que sejam registradas e que o espaço urbano possa ser pensado e visto por uma ótica menos excludente.

Esse trabalho de resgate e manutenção de memória de grupos subalternizados é entendido como essencial para construção da identidade de sujeitos racializados que passaram por processos de invisibilização e de locais que são submetidos a um branqueamento do território (CORRÊA, 2013). As disputas pela gestão da memória nacional não surgiram a partir de debates científicos e historiográficos, mas sim de demandas coletivas de grupos minoritários ou historicamente silenciados (HEYMANN e ARRUTI, 2012:96). O Cais do Valongo, enquanto um lugar de memória (NORA,1993), após sua redescoberta em 2011, reacende a ideia de Pequena África, e fornece respaldo para as narrativas que são contadas a partir dessas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) de afrodescendentes.

O Cais assume a função de suporte para manutenção das falas e narrativas que buscam pelo direito à memória e à reparação. A existência do Cais torna possível que seja realizada

uma ação de sensibilização por meio dos passeios, que para além dos objetivos pragmáticos de preservação do sítio arqueológico, não menos importante, articula todos os pontos existentes no Circuito de Herança Africana e podem atingir um debate sócio-político maior.

O IPN, algumas empresas privadas e associações fazem, então, uso do circuito para criar ações de educação patrimonial que permitam que essas histórias outrora esquecidas possam ser contadas. Os guias assumem o papel dos agentes que vão aplicar a política de memória não institucional e ajudar a manter vivo os contornos da Pequena África como fio condutor do processo de patrimonialização do Cais do Valongo, visto que sua redescoberta e patrimonialização foram os responsáveis pelo surgimento desse turismo cultural afrocentrado na região.

Com o acompanhamento dos passeios, o papel dos guias na construção da localidade (APPADURAI, 1997) denominada Pequena África, se revelou um caminho profícuo para compreender melhor as dinâmicas de memória e esquecimento presentes na região portuária do Rio de Janeiro, e como isso afeta na valorização da identidade negra e a importância dos projetos de educação patrimonial para construção de uma cidade mais plural e diversa.

### O circuito de Herança Africana

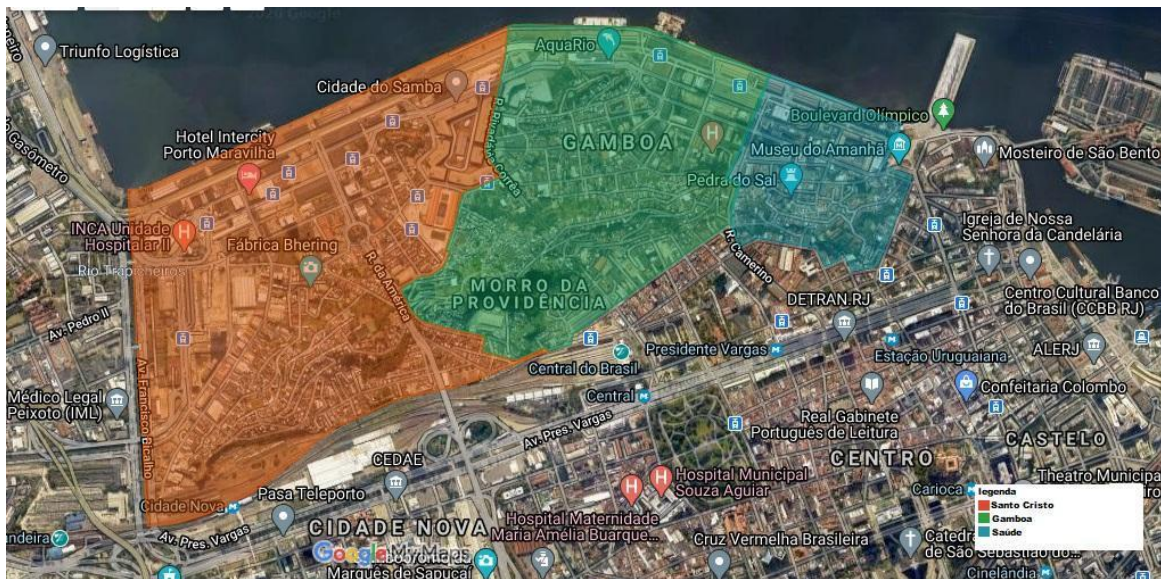


Figura 1: Bairros cobertos pelo circuito do IPN. Mapa feito pelo autor.

O turismo pode e deve ser um instrumento de legitimação do legado histórico e da memória afetiva presentes no sítio arqueológico, mas é necessário que exista comprometimento com uma política de memória que garanta o não apagamento das narrativas que o Cais evoca. Com esse pano de fundo, ganham forças na região os passeios do *Circuito de herança Africana*, elaborados a partir de um roteiro institucionalizado que foi desenvolvido em 2011 pelo Decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro, pelo Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana. Esses circuitos assumem a função de política de memória na região.



Figura 2: Pontos do Roteiro do Circuito de Herança Africana instaurado pela prefeitura. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

Com as obras de revitalização através do Projeto Porto Maravilha (2011), o Cais do Valongo e da Imperatriz foram (re)descobertos pela sociedade civil e, com o trabalho conjunto entre pesquisadores e diferentes grupos que mais tarde se organizaram sob a alcunha de “comitê gestor da Pequena África”, o IPHAN elaborou o Dossiê com a proposta de inscrição do Cais do Valongo na Lista de Patrimônio Mundial. Em 2017, a UNESCO declarou o local como Patrimônio da Humanidade.

Apresentado como algo que agrega valor à transformação urbana pretendida – ainda que sua gênese, ao que tudo indica, tenha se dado a contragosto do poder público e dos agentes do capital, o Cais do Valongo surge enquanto marco da região,

ocultado numa reforma anterior e agora novamente revelado nas escavações. Este fato novo reorientou a ação do poder público, que foi obrigado a lidar com um patrimônio arqueológico que não poderia esconder. O Cais é, assim, um importante território de memória que quando revelado ajuda a impedir que um passado de crimes contra a humanidade (escravidão) caia no esquecimento da sociedade.

Ao ser “redescoberto” e em seguida patrimonializado, o Cais do Valongo lançou luz e materialidade sobre um passado que por diversas vezes as diferentes gestões da cidade se esforçaram para esconder. A materialidade desse ancoradouro trouxe para superfície um eixo narrativo antes soterrado, que diz respeito aos traumas da escravidão e o sofrimento daqueles trazidos à força do continente Africano, que passou a compor um quadro de memória (POLLACK, 1989) maior junto das memórias de sociabilidade e afeto construídas na região principalmente no período pós-abolição. Esses dois caminhos são explorados pelos guias de turismo que atuam na zona portuária carioca, relacionando o presente, o espaço urbano e suas próprias memórias com o passado nesses dois eixos, buscando assim presentificar esse passado.

A emergência do *Circuito da Herança Africana* marca, no planejamento das transformações, uma valorização da presença negra do passado. O Circuito, estrategicamente “incrustado” na parte moderna da região portuária, distante a poucos metros do Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio e Praça Mauá, acabou perdendo notoriedade diante dessa nova monumentalidade. Ao privilegiar o “moderno”, em detrimento do “antigo”, o faraônico projeto do Porto Maravilha parece encobrir simbolicamente o passado escravista brasileiro. Canclini (1997) observa que as megacidades, como o Rio de Janeiro, são marcadas pelas grandes obras públicas, pelos grandes conjuntos urbanos, além da coexistência de múltiplas culturas e etnias. Mas há uma característica da multiculturalidade contemporânea que aparece com destaque no Rio de Janeiro, e em especial na zona portuária: trata-se do que Canclini (1997) denomina como “cidade histórico-territorial”, quando subsistem construções de diferentes tempos históricos num mesmo território.

A coexistência de diferentes tempos e modelos de cidade nas megacidades revela uma tensão complexa a ser dissolvida, que é agravada quando o patrimônio representa disputas entre os grupos e as classes sociais que compõem a cidade. Os guias que ofertam o passeio pelo circuito de Herança Africana surgem



como agentes que podem reforçar ou dissolver essas tensões a depender da narrativa que escolhem para recontar essa parte da cidade.

\* \* \*

O primeiro passeio guiado pela pequena África que visitei foi conduzido pelo IPN no período da manhã na primeira terça-feira de março de 2019. É pedido que seja realizado um agendamento por meio de um formulário preenchido pelo site do instituto indicando o dia e horário do passeio que você quer realizar, para garantir um número adequado de participantes. Não realizar o agendamento não impede a participação, mas eles reforçam a necessidade de que seja feito para melhorar o controle deles e a manutenção da qualidade dos passeios. Além disso, o agendamento ajuda a mobilizar a quantidade exata de guias voluntários, que passam por um curso de capacitação ofertado pelo próprio IPN que dura 4 meses. Contando com palestras e aulas práticas em que os voluntários acompanham os guias já formados para treinamento, após esse treinamento, os voluntários assinam um termo de responsabilidade por temporada, que dura um semestre. Naquele período, o IPN contava com um quadro de 8 voluntários capacitados. Alguns são formados em História e/ou turismo, mas isso não é regra. Existem ainda os guias que decidem se voluntariar devido à ligação pessoal que possuem com a região por morar ou ter crescido em um dos bairros ligados ao circuito.

Os guias do Instituto Pretos Novos utilizam a estátua de Mercedes Baptista no largo de São Francisco da Prainha como ponto de encontro. O passeio é marcado para começar às 10 horas com uma tolerância de 10 a 20 minutos de atraso. O guia que conduziu a minha primeira experiência de caminhada pela pequena África foi Albino Neto, com formação em direito e credenciado para atuar como guia de turismo. Ele, que já foi morador da região, inicia os passeios reforçando os seus laços com os bairros da Saúde, Gamboa e Cidade Nova, contando de sua infância e participação nos blocos, no cortejo de Tia Ciata e nas cerimônias de lavagem do Cais.

Albino começa o passeio contando um pouco da história da bailarina Mercedes Baptista. Apesar de sua estátua não ter sido colocada ali por causa do circuito de herança Africana, sua presença acabou por se integrar de forma muito pertinente ao circuito e ao que ele se propõe. O fato de a bailarina ser precursora no uso de alas coreografadas nas escolas de samba é

contado como gancho para que Albino comente sobre a invisibilidade da história de figuras como Mercedes. Após isso, ele conta um pouco sobre a história do largo de São Francisco da Prainha, conhecido popularmente como Largo da Prainha. É, portanto, nos arredores da Praça Mauá onde se inicia nosso roteiro à Pequena África. Albino aponta que o local, formado por uma praça circundada por um casario do Século XIX, já fora uma praia onde o mar batia nos muros da Igreja de São Francisco da Prainha. O largo - hoje uma região com comércio, bares e algumas residências - funcionou como importante ponto de venda de escravizados da região do Valongo.

Além dos casarões históricos do entorno, hoje a região também é conhecida por ser o reduto do tradicional bloco de carnaval Escravos da Mauá, patrimônio cultural carioca criado em 1993, que faz parte do Circuito do Samba e cujo nome remete à tradição afro-carioca do Bairro da Saúde. O Restaurante Angu do Gomes - elevado à patrimônio cultural carioca e cujo prato mais famoso é o angu cremoso coberto por carne ao molho, um dos destaques do Largo da Prainha, é a sugestão de parada para almoço após o passeio que os guias sugerem enquanto contam sobre como as Tias baianas alimentavam os muitos negros que ali chegavam.

As “tias”, que são constantemente citadas ao longo do passeio, eram de modo geral, senhoras baianas que chegaram a então capital federativa e se tornaram lideranças comunitárias, muitas vezes ligadas ao exercício do sacerdócio religioso. Muitas eram mães de santo ou ocupavam postos importantes na hierarquia do candomblé, além de movimentar a economia local com a venda de quitutes baiano, sendo muitas responsáveis pelo sustento de suas casas. Desse modo, foram responsáveis pela criação de redes de proteção social e econômica fundamentais para a comunidade negra. Além de Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, podemos destacar nomes como os de Tia Prisciliana (mãe de João da Baiana), Tia Amélia (mãe de Donga), Tia Veridiana e Tia Mônica (mãe de Carmem da Xibuca e de Pendengo).

Essas baianas se consolidaram entre as personalidades mais importantes das camadas populares na virada do século XX na cidade do Rio de Janeiro, frequentemente proclamadas como 'matriarcas do samba'. As tias baianas conseguiram desenvolver redes de sociabilidade que interferiram diretamente na cultura popular carioca. Esse papel foi fruto duma liderança adquirida

desde os tempos da escravidão e consolidada no período de migrações para o Rio de Janeiro.

Nos caminhos da Pequena África, o presente e o passado estão sempre sobrepostos, se confundem e dão espaço para diversas leituras. Os guias que acompanhei no IPN presentificam o passado quando, além de se inserirem nas histórias e perpetuarem elas, apontam na materialidade de hoje as heranças e histórias dos negros que ali viveram. Esse jogo dinâmico entre passado e presente acontece o tempo todo ao longo dos passeios. Outra sugestão dos guias são as comidas servidas na casa de Omolokun, que além de sugestão gastronômica, servem de gancho para que os guias reforcem as narrativas de acolhimento por meio da alimentação e afeto que essas Tias baianas davam aos que chegavam no porto.

Grande parte dos guias busca respaldo nos trabalhos de Roberto Moura e dos historiadores e arqueólogos envolvidos no processo de patrimonialização do Cais para as suas falas, mas muitos como Inácio Antônio se valem da sua própria religiosidade e vivência em terreiro para falar sobre a história da pequena África. Não são apenas temas traumáticos que são lembrados. Ao longo do passeio, podemos encontrar indícios do passado no presente através da comida, samba e outras expressões culturais.



Figura 3: Foto da estátua de Mercedes Baptista no Largo São Francisco da prainha. Arquivo pessoal do autor.

A pedra do Sal me foi apresentada pela guia Daniela como o coração da Pequena África. Ela ressalta que o espaço foi marcado e construído por negros que ali residiam como escravos libertos e que vieram trabalhar nos trapiches e armazéns da Zona Portuária, e conta que a Pedra do Sal foi residência secular de escravizados, ex-escravizados, negros libertos, negros livres e, agora, de seus descendentes. Para os guias, a pedra do Sal é um lugar de passagem e transição no percurso: ela separa as narrativas de sociabilidade e festas dos eventos traumáticos do Cais, e é apontada como epicentro das memórias de sociabilidade.

Alguns guias com mais proximidade com o samba gastam um pouco mais de tempo nessa parte do passeio, pois relembram histórias e causos de figuras populares e marcantes do samba carioca, contam de forma descontraída a disputa sobre o Rio de Janeiro ser ou não o berço do samba e a história da música “Pelo Telefone”, de Donga e Mauro de Almeida, segundo eles, o primeiro samba a ser gravado no Brasil. Pelas narrativas desses guias, percebe-se que a Pedra do Sal possui um alto grau de ressonância e de aderência, mantendo o caráter simbólico pelas ressignificações das tradições oriundas da “Pequena África” através dos grupos sociais que ela evoca e convive em seu território. Embora a Pedra do Sal tenha sido tombada como patrimônio cultural na categoria de monumento, por ser uma rocha esculpida por mãos escravizadas, os referenciais culturais apresentados pelos guias apontam para os valores memorativos da “Pequena África”, do período pós-escravidão.

Nos circuitos que acompanhei, a Pedra do Sal serve, portanto, como ponto para reforçar a herança cultural africana da região. Uma das guias em uma visita aproveitou o momento para, ao contar as histórias sobre Donga, Heitor dos Prazeres e outros sambistas, fazer um convite para as rodas de samba que acontecem toda segunda-feira no mesmo local. Nos dias atuais, nessa dinâmica, os guias criam uma noção de continuidade do passado, ao invés de cristalizar no tempo o nome desses sambistas e figuras, reforçam o que ocorre hoje como legado direto dos mesmos, utilizando de diferentes ferramentas para preencher as lacunas deixadas pelos esquecimentos causados propositalmente pelos agentes da história.



Figura 4: Pedra do Sal em passeio realizado pelo IPN. Fonte: Acervo IPN.

A partir daí, os guias nos conduzem para a Rua Camerino, antiga Rua do Valongo, que segundo eles era o caminho que os escravizados recém-chegados percorriam do porto às Casas de Engorda, onde permaneciam até que se recuperassem para serem vendidos no mercado. O centro desta atividade era o Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores. Nesse ponto do trajeto os guias costumam trazer para os participantes as memórias relacionadas às associações de estivadores e lutas sindicais embrionárias marcantes da região, reforçando a noção de continuidade entre passado e presente por meio das lutas por direitos da população negra. Os guias abordam a mudança de nome de Praça do depósito para Praça dos estivadores lançando luz para importância da resignificação desses lugares e reforçam que esse ponto é importante por se tratar de uma narrativa pouco explorada sobre o movimento sindical e as lutas trabalhista que surgiram ali.

Nas reformas do início do século XX, parte dessa rua foi alargada e remodelada. No local onde foi feita uma contenção na encosta que a circunda, foi construído um jardim suspenso com ares europeus que recebeu como decoração as estátuas provenientes do Cais da Imperatriz. Em um dos passeios que realizei com o IPN, uma guia, formada em turismo, disse que por ela os Jardins suspensos do Valongo não deveriam fazer parte do

roteiro, apesar de hoje abrigarem o centro cultural Pequena África, que está fechado há um longo tempo por falta de recursos. Para ela, o local representa muito mais as tentativas de apagamentos que a região sofreu do que uma celebração da herança Africana. Em seu discurso, as estátuas greco-romanas ali presentes servem como testemunhas do projeto de gentrificação e silenciamento das memórias que de fato devem ser exaltadas. Outros guias acreditam que é importante a presença dos Jardins no circuito justamente pelo seu contraste e por representar, segundo alguns desses guias, o que o poder público privilegia. Serve, portanto, como uma denúncia. De qualquer forma, a seleção que fazem das memórias desse ponto do circuito expõe as tensões e disputas próprias daquela região.

Os guias aproveitam que a Casa de Tia Ciata fica aos pés dos Jardins suspensos para revisitar as histórias das tias baianas que eles começaram a contar na Pedra do Sal. Sugerem o cortejo de Tia Ciata, que ocorre uma vez ao ano, como atração importante da cidade a ser visitada. A partir desse ponto, o grupo se encaminha para o Cais do Valongo e o tom das narrativas mudam.



Figura 5: Jardins suspensos do valongo em passeio ofertado pelo IPN. Fonte: Acervo IPN.

Ao chegar no Cais do Valongo, que é apresentado sempre com dramaticidade, os guias reforçam o número de escravizados que por ali teriam desembarcados, os horrores que sofreram na travessia e contam um pouco sobre o processo de patrimonialização do mesmo. O papel do Cais nesse roteiro transcende a função que ele tinha séculos atrás: ele perde seu valor utilitário, não é apresentado ao público pelo seu valor arquitetônico; ele é preenchido de valores simbólicos.

Novos significados são justapostos e integrados a um bem que, na esfera mercantil, era apenas mais um objeto a ser consumido, utilizado, descartado. A patrimonialização concede a este artefato uma nova vida e um novo valor. A partir da patrimonialização, ele deve ser preservado e exposto ao olhar do público, ou seja, ele se torna bem público e legado de um coletivo (ABREU, Regina. 2015:68)

O Cais passa a servir como uma testemunha dos horrores da escravidão. Os guias o utilizam como um interlocutor, chegando a conceder ao cais um nível de agência, na espera de que os visitantes escutem suas palavras como se fossem as palavras do Cais. Sua materialidade é evocada e utilizada para validar pontos do complexo escravagista que ali existiu, mas nunca foram encontrados ou possuem poucos vestígios, como, por exemplo, o Lazareto<sup>1</sup>. A existência do Cais permite que os guias ajudem os participantes dos passeios a remontarem o trajeto de dor e horror que os africanos trazidos à força para o Brasil faziam. Sua redescoberta, seguida do título de patrimônio mundial da UNESCO, permite que ele sirva de prova da existência de todo o sistema escravagista que ali funcionava.

---

<sup>1</sup> Após vistoria dos navios negreiros, os escravizados que apresentassem enfermidades ou sinal de doenças contagiosas eram encaminhados para essas instalações. Eram pequenos e precários hospitais onde eles eram tratados e passavam por uma quarentena antes de serem postos à venda. Era localizado na antiga praia do Propósito, atual rua da Gamboa.



Figura 6: Cais do Valongo e o guia Inácio Antônio e participantes do passeio. Fonte: acervo IPN.

Nosso passeio segue para a sede do IPN passando pela Praça da Harmonia, que se localiza no quarteirão formado pelas ruas Antônio Lage e Sacadura Cabral. Aqui os guias resgatam a figura de Prata Preta<sup>2</sup> e os acontecimentos referentes a revolta da vacina. Alguns guias aproveitam para falar um pouco sobre os ranchos<sup>3</sup> de carnaval e incentivar que os participantes conheçam o bloco cordão do Prata Preta.

Ao chegar no IPN é exibido um vídeo institucional contando a história do instituto antes de apresentarem aos participantes outra testemunha dos horrores da escravidão, que ganha voz através desses guias que são legitimados pelo Cais. Se trata da ossada de Josefina Bakhita, exposta no centro do Instituto

---

<sup>2</sup> Horácio José da Silva mais conhecido como Prata Preta, era um capoeirista e estivador brasileiro considerado por muitos um símbolo de luta contra o governo durante a Revolta da Vacina também conhecida como Quebra-Lampiões, em 1904. (GOMES, F. S.; LAUREANO, J.; SHCWARCZ, L. M., 2021)

<sup>3</sup> Rancho carnavalesco era um tipo de agremiação carnavalesca típica da cidade do Rio de Janeiro, entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX. (GONÇALVES, Renata de Sá, 2006.)



Pretos Novos. A ossada quase intacta foi encontrada pela família Guimarães, que não tinha ideia sobre o que se tratava aquele achado, imaginando uma série de possibilidades que poderiam ter acontecido na casa no passado, menos a existência de um cemitério. Segue então a fala de Mercedes, sobre o que foi encontrado em sua casa, em uma das visitas que realizei ao IPN:

A gente pensou mil coisas. A gente pensou que a família matou e botou o corpo ali dentro. Aí depois que a gente encontrou corpos de crianças pela arcada dentária com dente leite nascendo, aí pensamos que pudesse ser um crime, uma chacina. Aí a gente foi separando em caixas, e vimos que era muita gente. [...] Moro tantos anos nesse bairro e nunca ouvi falar nada. Meu marido veio para cá com cinco anos e nunca ouviu falar nada<sup>4</sup>.

Tão logo a família contactou o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura, que, então, enviaram técnicos que constataram que se tratava de um antigo cemitério. Mesmo com a descoberta, Mercedes Guimarães e seu esposo Petrucio Guimarães tiveram que aguardar até a chegada de pessoas como Antônio Carlos e Marcelo, arqueólogos voluntários que providenciaram a transformação do espaço no Instituto dos Pretos Novos em 2005.

---

<sup>4</sup> Fala proferida por Mercedes Guimarães em uma das visitas realizadas pelo autor ao IPN.



Figura 7: Ossada de Josefina Bakhita exposta no IPN. Fonte: Acervo IPN.

A ossada foi encontrada e batizada de Josefina Bakhita pelo técnico Andrei Santos, em homenagem à primeira santa negra católica e padroeira dos escravizados. Os guias do IPN quase que unanimemente reforçam que Bakhita representa “uma denúncia” de todos os horrores que aconteceram naquele local e revela a maneira desumana pela qual os africanos recém-chegados eram tratados na sociedade brasileira escravista. Tanto Inácio Antônio quanto a própria Mercedes falam que “ela que vai contar a história dos Pretos Novos” para o público. Vassallo (2018:56) aponta que ela encarna “o principal símbolo de tudo o que aconteceu ali”.

De fato, é a ossada de Bakhita que mais chama atenção dos diferentes grupos que acompanham o passeio. Em sua maioria, eles são guiados por dentro do IPN de forma que as ossadas se transformam no ápice do passeio e cada guia faz uso de diferentes reforços narrativos para contar sua história. Alguns acessam o plano espiritual e, não obstante, falam de relatos de pessoas que ao entrar no IPN puderam sentir a presença de Bakhita ou entraram em uma espécie de transe espiritual. Em mais de um momento, vi participantes do passeio emocionados ao chegarem perto de Bakhita. As crianças e adolescentes em

geral se dirigem direto para o local onde Bakhita está exposta, tamanha a curiosidade. As reações são das mais diversas.

Os guias se utilizam dessas reações como termômetros para escolher o tom com que devem contar a história das ossadas. A depender do público, escolhem caminhos muito mais lúdicos em que podem dar um rosto e uma história com muito mais nuances para Bakhita. Por meio dessas guias, da mesma forma que ocorre com o Cais, a ossada deixa de ser apenas um achado científico, deixa de ser uma ossada inerte, e ganha agência (Vassallo, 2018). No IPN, é ela quem termina de contar ao público os horrores da escravidão e encerra o passeio.

Existe, portanto, entre a maior parte dos guias, uma preocupação em relacionar suas práticas com a história local a fim de compartilhar informações sobre a identidade do lugar. Nesse sentido, os guias lançam mão de diversas ferramentas que o espaço oferece para validar suas falas. Acionam suas narrativas a partir de trabalhos acadêmicos, livros clássicos como o de Roberto Moura (1995), histórias de vida, os grafites espalhados pela região e até mesmo o plano espiritual. Ao longo do passeio, tentam reconstruir a cidade por meio das narrativas que evocam, trazendo para superfície memórias antes escondidas, e o fazem com respaldo na presença do Cais do Valongo, nos trabalhos que surgiram desde sua patrimonialização e no título que lhe foi concedido.

Os guias se sentem legitimados a mexer nesse quadro de memórias que reforça os contornos e fronteiras do que chamam de Pequena África carioca. Acompanhar os guias, não só do IPN, mas também de outras instituições, me permitiu ver as possibilidades de construção de memória e narrativas em torno de um título de patrimônio histórico. Esses sujeitos fazem uso constante das ressonâncias e possibilidades que o Cais do Valongo trouxe para a região, mesclando assim as noções do imaterial com o arqueológico, com a finalidade de produzir novos olhares e possibilidades para o espaço urbano e para os indivíduos que compõe essa paisagem.

\* \* \*

A Pequena África ganha visibilidade e amplia os seus contornos espaciais, temporais e semânticos que dialogam com acontecimentos nacionais e internacionais, os guias criam uma continuidade narrativa lá onde o tempo e a paisagem urbana haviam produzido rupturas e apagamentos. Os passeios proporcionam uma experiência em que os participantes vão

descobrimo ou redescobrimo aquele espaço da cidade enquanto o vivenciam e direcionam sua atenção para ele, de modo que suas vidas naquele momento são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno e para esses lugares.

Nesse sentido, Tim Ingold (2010) afirma que o conhecimento é menos uma ação do pensamento individual e mais uma ação que resulta dos modos de se relacionar com o mundo. Assim, conhecer diz respeito às relações diretas dos sujeitos com os objetos, coisas e lugares do mundo e suas disposições naturais para aprender e conhecer a partir dessa relação sujeito-mundo. Para Ingold, adquirir e transmitir conhecimento ocorre por meio da educação, da atenção dos sujeitos a partir das vivências que se estabelecem em suas relações com o mundo (INGOLD, 2010).

Partindo desse pressuposto, uma caminhada como a proposta pelos guias do circuito de herança africana se mostra convidativa a esse tipo de aprendizado, pois busca proporcionar estímulos à curiosidade e à livre expressão, e questiona a relação dos sujeitos com aquelas ruas e espaço-mundo, ela se faz em percursos que não se limitam a conduzir o indivíduo entre dois pontos, mas sim oferece à imaginação e à percepção distrações diversificadas que buscam trazer para a visão do participante tudo aquilo que consideram ocultado, podendo, assim, revelar as ruas da Zona portuária carioca para além do cotidiano e das narrativas hegemônicas.

Pensar no papel dos participantes do roteiro não estava inicialmente dentro da minha perspectiva de trabalho, no entanto, com a variedade de público e a maneira única que cada grupo se relaciona com os guias, as escolhas narrativas, visuais e teóricas que são tomadas a depender do perfil dos participantes, um olhar apurado sobre esses indivíduos, se revelou um caminho para continuidade da pesquisa e novas produções. Quando acompanhei, por exemplo, grupos de crianças e adolescentes, a materialidade de certos elementos pareceu atizar muito mais a curiosidade desse perfil de grupo. Desse modo, os guias se atentam e gastam mais tempo em partes do roteiro em que podem direcionar o olhar desses participantes para artefatos, ossadas ou imagens.

De todo modo, chama a atenção a forma como os sujeitos que participam desses passeios dão seguimento as narrativas criadas ali, quando publicam suas selfies, textos, crônicas e a experiência no circuito em redes sociais ou blogs, criando assim

uma nova apreensão do espaço, dando continuidade à produção daquela localidade que chamam de Pequena África e reforçando a construção da imagem e narrativa de herança africana que tem se buscado produzir na Zona portuária carioca.

\* \* \*

Um dos guias que acompanhei ressaltou que, para ele, reconhecimento não é reparação. Portanto, não basta que reconheçam a existência dessas memórias e a existência da Pequena África enquanto espaço de resgate de memória e identidade afrodescendente. Para além disso é importante que existam ações do poder público para valorização e difusão dessas memórias, para que o reconhecimento se transforme em reparação de fato. Os desafios para região são principalmente de manutenção de tudo que foi conquistado até o presente. Os processos de disputa por memória são vivos e constantes, e é preciso que exista uma manutenção ininterrupta das narrativas que ali percorrem. Se faz necessário a capacitação de novos agentes e apoio do poder público para que as ações de reparação e celebração da herança Africana deixem de ser invisibilizadas e possam fazer parte de um circuito que não se restringe a grupos específicos que buscam um turismo étnico ou a alunos da rede pública de ensino.

A Pequena África existe e possui seus contornos, histórias e vida própria, mas sua visibilidade e o controle das narrativas que a percorrem estão em constante disputa. O apagamento da herança negra na região é antigo e sistemático, a patrimonialização do Cais é um marco importante e vital para que essas memórias não caiam no esquecimento, mas só o reconhecimento da UNESCO isolado não resolve os impasses e nem encerra as disputas postas ali. Para que a Pequena África possa deixar de ser pensada apenas como um esboço idílico fruto das páginas de um livro e fique de fato incrustada no mapa da cidade, ainda se faz necessário muita luta e mobilização.

A Pequena África pode ser acessada por diferentes entradas e meios. Ela é rica e pulsante: o samba, a religião, os afetos, os passeios e diversos elementos culturais estão presentes ali, os atores que a compõem existem e atuam de forma autônoma, porém, quando pensada em conjunto como no processo de patrimonialização do Cais, ou quando esses diferentes atores se unem para pedir por direitos, a Pequena África ganha contornos mais rígidos. O papel dos passeios é o de justamente conectar esses diferentes pontos, atores e elementos

em uma narrativa que ajude a presentificar a região e perpetuar o legado de herança África.

Esses passeios tratam a memória como uma construção social coletiva sobre um passado que se realiza no presente, contribuindo para o estabelecimento de um sentimento de identidade (Pollak,1992). As ações desses guias e outros atores que ali se inserem agem no presente e produzem uma Pequena África dotada de uma forte conotação política, que se ancora nas demandas por reconhecimento e reparação. E as narrativas que os guias fazem percorrer nesse espaço contribuem de forma significativa com esse processo.

Simbolicamente, o Cais do Valongo representa uma memória que tem ressurgido periodicamente; entretanto a ausência da materialidade a mantém em condição subalterna, pois a escravidão não é um dos elementos que constituem a “cidade maravilhosa”, e, por este motivo, foi apagada e propositalmente esquecida. Porém, a materialidade do Cais do Valongo dificultou um novo apagamento desse passado. Nesse sentido, o trabalho dos guias, em sua maioria gratuitos ou com custo baixo, já dão o primeiro passo contra esse apagamento sistemático da herança africana na região portuária. Para o desenvolvimento desse circuito, é necessária uma gama de intervenções que possibilitem a manutenção e preservação local, e que seja pensada a educação patrimonial com viés decolonial, no sentido de valorizar narrativas negras e remontar os espaços da cidade por um olhar afrocentrado.

Devemos entender que a pequena África se trata de um memorial único sobre o povo negro escravizado nas Américas a céu aberto. Essa segmentação do turismo permite aos visitantes uma vivência do patrimônio material e imaterial único presente na zona portuária. Rememorar a História do Cais do Valongo e os espaços que constituem a pequena África e sua representatividade são meios de compartilhar a memória da região e de propagar a história de forma pública para o alcance de todos, incrustando na cidade a enorme contribuição da população negra para constituição da cultura carioca, e tirando do esquecimento memórias importantes para valorização do negro como sujeito da história.

Os passeios guiados aqui apresentados, por si só, não podem suprir todas as demandas geradas por séculos de apagamentos sofridos pela população negra e transformações urbanas de escalas gigantescas, cabe reforçar também que o IPN

não é o único promotor desse tipo de turismo. Destarte, a educação patrimonial desenvolvida por esses guias se configura enquanto uma importante ferramenta para salvaguardar este patrimônio para as futuras gerações e serve como meio de fortalecer a identidade e as memórias coletivas de afrodescendentes.

Neste sentido, a educação patrimonial consiste em promover o aprendizado a partir das referências culturais e do fazer e refazer da cidade. O Cais do Valongo trouxe, de forma simbólica, para a superfície todo o complexo escravista que ali existia e colocou em pauta novamente a existência de uma Pequena África carioca; Ele lança luz sobre todas as memórias que estão escondidas ali e dotam a região de uma riqueza sem tamanho, de fonte de ensino e combate ao racismo. Por meio da valorização da memória afrodescendente, cabe ao poder público fazer uso da voz do Cais.

### Referências Bibliográficas

- ABREU, R. M. R. M. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEL, Vera (Org.). *Memória e novos patrimônios*. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93. DOI: 10.4000/books.oep.868
- ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. *Varia hist.* [online]. 2009, vol.25, n.41, pp.129-148. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000100007>
- APPADURAI, Arjun. 1997. "Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional". *Novos Estudos Cebrap*, 49: 33-46.
- BRAZIL, Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de escravos e da História dos africanos escravizados no Brasil, LABHOI/UFF, 2013.
- CANNCLINI, Néstor G. *Imaginários Urbanos*. Buenos Aires:Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997.
- CORRÊA, Gabriel Siqueira. Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. 261f. Dissertação (Mestrado em GEOGRAFIA). Programa de Pós-graduação em

- Ordenamento Territorial urbano e ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.
- DANTAS, F. S. Direito Fundamental à Memória. Curitiba: Juruá Editora, 2010, p. 52-85.
- GONÇALVES, Renata de Sá. Os ranchos carnavalescos e o prestígio das ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XIX. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2006. Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12622/9800>> Acesso em 03/02/2023.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Revistas dos tribunais, 1990.
- HEYMANN, Luciana & ARRUTI, José Mauricio. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida [et al.] (Org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- HONORATO, C. P. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. 2008. 166p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense.
- INGOLD. T. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. INGOLD. T. Da transmissão da representação à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro/Roberto Moura. – 2ª edição – Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- NASCIMENTO, Álvaro. Roteiro da Herança Africana no Rio de Janeiro/ Álvaro
- NASCIMENTO, Cláudio Honorato, CHACEL, Cristina; organização Milton Guran. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018. Passados Presentes - Memória da escravidão no Brasil. Disponível em <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>> Acesso em 06/11/2022.



- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7 28, dez.1993.
- PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007>
- PELEGRINI, Sandra C. A. (2007). Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias. III Encontro De História Da Arte - IFCH / UNICAMP. DOI: <https://doi.org/10.20396/eha.3.2007.3737>
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade do. Decreto 34.803, de 29 de novembro de 2011. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf> Acesso em: 10/11/2022.
- SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, F.; LAURIANO, J. Enciclopédia Negra. Biografias Afro-brasileiras. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. v. 1. 720p.
- UNESCO, Brasil. Sítio Arqueológico do Cais do Valongo. Disponível em [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-inbrazil\\_valongo-wharf-archaeological-site/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-inbrazil_valongo-wharf-archaeological-site/) Acesso em: 04/11/2022.
- VASSALLO, Simone Pondé. Entre Objetos da Ciência e Vítimas de um Holocausto Negro: Humanização, agência e tensões classificatórias em torno das ossadas do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos. INTERSEÇÕES - REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES, v. 20, p. 36-66, 2018. DOI:10.12957/irei.2018.35858
- VASSALLO, Simone Pondé ; BITTER, Daniel . A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus. ANTROPOLÍTICA (UFF), v. 45, p. 94-122, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i45.a42003>

Enviado: 12/11/2022

Aceito: 10/01/2023